

1
2
3
4
5
6
7

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
E AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF**

ATA DA 96ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 27/10/2021

Agenda da Reunião:

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSAVEL
1	8.00	Credenciamento	Miriam Fuckner – Secretaria Executiva
2	8.30	Abertura e Aprovação da pauta	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
3	8.40	Aprovação da Ata da 95ª Reunião	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
4	8.50	Referendar aplicação de recursos do Fundo de Equipamentos Agropecuários para o Programa Estrada da Integração	Marcio da Silva – DEAGRO/SEAB
5	9.20	Programa COOPERA Paraná	Jefferson Vinicius Meister – DEAGRO/SEAB
6	9.50	Chamada de ATER para Cooperativas	Sergio Roberto Auffinger – IDR-Paraná
7	10.10	Programa PAA Compra Direta	Thiago Santos Franco – DESAN/SEAB
8	10.40	Reabertura Estrada Parque Caminho do Colono	Miriam Fuckner – Secretaria Executiva do CEDRAF
9	11.10	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do CEDRAF	Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
10	11.40	Assuntos Gerais	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
11	12.00	Encerramento	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara

8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, realizou-se a Nonagésima Sexta reunião do **CEDRAF**, na modalidade web, através do link meet.google.com/kpr-ycdi-tot. **Item 1. Credenciamento:** Estiveram presentes treze conselheiros, sendo sete Conselheiros representantes do poder público e seis Conselheiros da sociedade civil. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Luiz Carlos Hartmann – Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica, Jeffrey Kleine Albers – FAEP, Cleimary Fatima Zotti – DESER, André Luiz Drebes – Representação da Juventude Rural, Olcimar da Rosa – CCA, Sandra Aparecida Costa Ferrer – Representação Mulheres Rurais, **Conselheiros do Poder Público:** Rogério Rodrigues – INCRA, Alexandre Augusto Ramos de Faria – MAPA/SFA-PR, Aurélio Munhoz – AMP, Norberto Anacleto Ortigara – SEAB, Nestor Bragagnolo – SEPL, Carlos Henrique Boscardin Naujack – SETI, Thamisis Camila Piaskowski – CONAB. Também esteve presente o suplente Carlos Alberto Cardoso – CONAB. **Justificativas:** Justificaram a ausência SEED, SEJUF, UNICAFES e SICREDI. **Convidados:** Jefferson Vinicius Meister – SEAB, Márcio da Silva – Seab/Deagro, Marcos Aparecido Gonçalves – Câmara de Meliponicultura, Sergio Roberto Auffinger – IDR-Paraná e Thiago Santos Franco – SEAB/DESAN. **Item 2. Abertura e aprovação da pauta:** O Presidente do CEDRAF **Norberto Ortigara** fez a abertura da reunião e apresentou a pauta, informando que deverá se ausentar por motivo de trabalho, indicando como seu substituto para conduzir a reunião a Secretária Executiva do conselho Miriam Fuckner. A Secretaria solicitou a inclusão de dois temas em assuntos gerais: a indicação do representante do CEDRAF no Comitê Gestor do Plano de Introdução Progressiva de Produtos Orgânicos na Alimentação Escolar no Paraná e Informes da Câmara de ATER. A pauta foi aprovada com as alterações solicitadas. **Item 3 – aprovação da ATA da 95ª Reunião** que foi enviada anteriormente por meio eletrônico foi aprovada sem alterações. **Item 4 – Aplicação de recursos do Fundo de Equipamentos Agropecuários para o Programa Estrada da Integração:** **Marcio da Silva** diretor do DEAGRO/SEAB destaca que a conservação das estradas municipais é uma das principais demandas dos municípios para a SEAB. Informa que em função da política agrícola estadual, a legislação pertinente aos solos e o Decreto



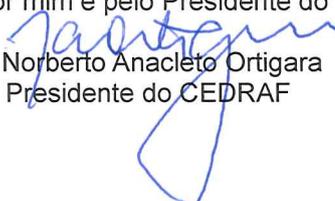
33 Estadual 6515/2012, que instituiu o Programa Estradas Rurais Integradas aos Princípios e Sistemas
34 Conservacionistas, possibilitando a SEAB implementar e coordenar ações articuladas entre órgãos e
35 entidades do governo do estado, municípios e consórcios intermunicipais, a fim de promover a
36 conservação das entradas integrada à preservação dos recursos naturais, especialmente a água e o
37 solo. Márcio apresentou os objetivos do programa, as etapas de operacionalização e ações
38 realizadas. Apresentou para referendo do colegiado, as ações específicas cujos recursos advêm de
39 taxas do DETRAN, as quais foram aprovadas na 27ª reunião do Conselho Deliberativo do FEAP –
40 Fundo de Equipamento Agropecuário, conforme prevê o Decreto 9.511/2013. **Nilson Hanke** – FAEP
41 perguntou se são as Prefeituras Municipais que decidem quais os trechos a serem executados, e
42 como será feita a fiscalização da aplicação do recurso. **Marcio** responde que o processo é realizado
43 por meio de convênio que tem por base um plano de trabalho, que está baseado em um projeto
44 técnico elaborado pelo município e no relatório técnico de vistoria. **Norberto Ortigara** complementa
45 que existe um mapeamento em que a SEAB, a partir de diferentes critérios selecionou alguns trechos
46 considerados importantes e que são negociados com os prefeitos municipais quando buscam o apoio
47 da secretaria. Colocada em votação a proposta foi referendada por unanimidade. **Item 5 – Programa**
48 **COOPERA Paraná: Jefferson Vinicius Meister**, do DEAGRO/SEAB relata sobre a chamada pública
49 do Programa de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar do Paraná, publicada em maio deste
50 ano, destinada às cooperativas e associações constituídas formalmente há no mínimo dois anos.
51 Jefferson informa sobre os prazos da chamada, destacando que o resultado das organizações
52 habilitadas já foi oficializado iniciando-se a formalização dos termos de convenios com cada entidade,
53 para que até o final deste ano seja feito o repasse dos recursos. Destaca que o objetivo da proposta é
54 apoiar projetos de negócios das organizações, visando ampliar o acesso a mercados, bem como
55 contribuir para a geração de trabalho e aumento da renda dos associados. Discorre sobre os
56 requisitos mínimos, bem como os critérios de avaliação/ pontuação para análise e aprovação dos
57 projetos apresentados. Informa que dos cento e oitenta e sete projetos de negócios inscritos, cento e
58 trinta e um foram classificados e habilitados. Destes, oitenta e cinco são cooperativas e quarenta e
59 seis associações. Considerando o limite de recursos disponíveis para este ano, a previsão é
60 formalizar oitenta e oito projetos de negócios, sendo cinquenta e três cooperativas e trinta e cinco
61 associações. A intenção é apoiar todos os projetos habilitados, sendo que está previsto na lei
62 orçamentária do próximo ano um montante de recursos para esta finalidade, que dependem da
63 aprovação da assembleia legislativa e bem como da liberação pela secretaria da fazenda. Apresenta
64 um resumo da distribuição geográfica dos projetos habilitados, destacando a região metropolitana
65 com o maior número de projetos e chamando a atenção para o fato de algumas regiões com potencial
66 econômico forte terem apresentado poucos projetos. O valor total previsto para apoio às cento e trinta
67 e uma organizações é de R\$ 48.181.245,05 (quarenta e oito milhões, cento e oitenta e um mil,
68 duzentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos) para o atendimento de vinte mil, seiscentos e
69 vinte e cinco agricultores familiares associados. Destacou que o grau de organização e os projetos
70 apresentados nesta chamada em relação às anteriores, teve uma evolução, no entanto existem
71 pontos a serem qualificados, que precisam ser observados tanto pelas entidades como pela
72 assistência técnica. **Luiz Hartmann** da Câmara de Agroecologia destaca a importância do programa
73 e questiona se há possibilidade de abrir para novas propostas. **Jefferson** esclarece que apoio a
74 novos projetos depende de uma nova chamada pública. **Jeffrey Kleine Albers** da FAEP pergunta se
75 existe um mapeamento sobre as principais atividades apoiadas. **Jefferson** responde que de maneira
76 geral é para melhorar a logística de comercialização e armazenamento, aquisição de máquinas e
77 equipamentos para beneficiamento da produção, instalação de energia fotovoltaica para diminuir
78 custos em agroindústrias, assim como apoio aos associados em mudança de matriz tecnológica,
79 máquinas e equipamentos agrícolas. **Item 6 – Chamada de ATER para Cooperativas, Sergio**
80 **Roberto Auffinger** Coordenador da área de organização e mercados do IDR-Paraná, apresenta
81 inicialmente os passos percorridos até o momento, destacando o intercâmbio realizado com a Bahia,
82 por ser um dos estados que executa quase todo serviço de extensão através de editais públicos, o
83 que possibilitou conhecer o sistema de gestão utilizado por eles. A estruturação do trabalho no IDR-
84 Paraná, se deu inicialmente por lançar edital às cooperativas para identificar a demanda e o interesse
85 em receber assistência técnica de acordo com o protocolo de atendimento do Instituto. Das cento e
86 oitenta cooperativas, cinquenta por cento foi habilitada para receber este serviço. Foi realizada
87 capacitação da equipe técnica do IDR-Paraná, através de curso à distância, atingindo cem técnicos,
88 além de aprimorar a ferramenta de diagnóstico que era utilizada no projeto Mais Gestão e o protocolo
89 de atuação do IDR-Paraná. Este protocolo contempla a elaboração do diagnóstico da organização
90 com análise de viabilidade econômica e social, o planejamento estratégico, estudo de mercado e de
91 intercooperação, a elaboração do plano de negócios, plano de financiamento, plano de ATER e de
92 educação profissional rural e cooperativista. Hoje existem as entidades de ATER privada, composta

93 por empresas já atuantes, além da ATER contratada pelas organizações e a ATER pública prestada
94 pelo IDR-Paraná e prefeituras municipais, e a expectativa é ter empresas contratadas pelo Instituto, a
95 quem cabe a gestão da ATER no Estado. Entre as principais dificuldades para lançar o edital de
96 ATER citou a implantação do sistema de gestão, mas que já está tramitando termo de cooperação
97 técnica com a BAHIATER, superintendência de Ater na Bahia para uso de códigos fontes do sistema
98 SIGATER. Para operacionalização desse sistema os técnicos da área de TI do IDR-Paraná serão
99 capacitados para realizar as adaptações necessárias e a previsão para isto acontecer é até março do
100 próximo ano. Esclarece que a contratação não poderá ocorrer este ano, pois existem ações que
101 devem ocorrer antes, dentre elas conclusão da capacitação do quadro do IDR – Paraná, com
102 aplicação prática do diagnóstico nas noventa cooperativas homologadas pelo edital de adesão;
103 estruturação de lotes com base na real necessidade de quadro técnico a ser contratado e início da
104 estruturação de projetos estratégicos das cooperativas pelo IDR-Paraná e empresas contratadas.

105 **Item 7 – Programa de Aquisição de Alimentos: Thiago Santos Franco** técnico do DESAN/ SEAB,
106 informa sobre o PAA – compra com doação simultânea que consiste na compra de alimentos diversos
107 da agricultura familiar e doação as entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos
108 de alimentação e nutrição com o objetivo de atender demandas locais para suplementação alimentar
109 de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Explica sobre os modelos de adesão
110 executados no Estado do Paraná, esclarecendo que as diferenças entre uma e outra estão na forma
111 em que o recurso é disponibilizado e a quem cabe a responsabilidade sobre a gestão. Na modalidade
112 Adesão Municipal Mista a gestão do programa fica ao encargo dos municípios e na modalidade
113 Adesão Estadual com Execução Direta é competência do Estado. Thiago informa sobre os critérios
114 utilizados pelo Ministério da Cidadania para definição dos limites de recursos financeiros, cuja
115 metodologia baseia-se em parâmetros de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional. Quando se
116 trata da modalidade direta cabendo ao Estado a seleção dos municípios, os critérios levam em conta
117 o MAPA INSAN, obtido através do Estudo Técnico da CAISAN – Câmara Intersetorial de Segurança
118 Alimentar e Nutricional e o IPDM - Índice Iparades de Desempenho Municipal do Instituto Paranaense
119 de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. Esclareceu que a SEAB dá prioridade para
120 atender municípios que não estão executando a adesão mista, para desta forma ampliar o número de
121 beneficiários e não concentrar o recurso. Comentou que no ano passado iniciou-se a execução de
122 uma proposta na modalidade direta, mas que alguns fatores dificultaram o andamento da mesma,
123 dentre eles, a troca de gestão municipal e o atraso no levantamento dos dados necessários para
124 alimentar o sistema. Esta proposta envolve sessenta e cinco municípios e encerra-se em dezembro
125 deste ano. Também está em curso uma nova proposta, que envolve dezesseis municípios para ser
126 operacionalizada no próximo ano. Explica sobre todas as fases de execução do programa, desde o
127 momento que o município faz a adesão até o pagamento ao agricultor e distribuição dos alimentos às
128 entidades beneficiárias. **Item 8 - Reabertura Estrada Parque Caminho do Colono, Miriam Fuckner**
129 informa que recebeu um ofício da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho solicitando
130 manifestação do CEDRAF acerca da reabertura da Estrada Parque Caminho do Colono, em virtude
131 de uma demanda feita por lideranças da Região, ao Departamento de Direitos Humanos da SEJUF,
132 no qual apresentaram fatos e documentos visando comprovar a tese de que o fechamento da estrada
133 do colono infringe os direitos fundamentais da população camponesa do sudoeste. Foram destacados
134 vários argumentos, ofícios incluídos na demanda que justificam e apoiam a abertura da referida
135 estrada, bem como uma contextualização histórica e legislações municipais favoráveis. Secretário da
136 Agricultura, **Norberto Ortigara** ressaltou a importância da reabertura, tendo em vista que todos os
137 cuidados para a proteção ambiental serão observados, bem como o desenvolvimento que
138 proporcionará a região e aos agricultores. Sua opinião é favorável a reabertura, dentro de um
139 conceito moderno, com passagens subterrâneas, escala de horários de funcionamento,
140 monitoramento por câmeras, entre outros. **Rogério Rodrigues** do INCRA manifesta que a reabertura
141 desta estrada é um tema importante que necessita de mais debate para que o colegiado possa se
142 pronunciar. **Carlos Henrique Boscardin Nauiack** da SETI, diz que desconhece o tema e sugere
143 trazer mais informações a respeito, para dar um parecer mais fundamentado. **André Drebes**,
144 representante da Juventude Rural e morador no município de Capanema, um dos municípios
145 interessados na reabertura da estrada, manifesta que o tema é polêmico, porém, se conversar com a
146 população mais antiga dos municípios de Capanema e Serranópolis, é praticamente unânime
147 favorável, sem deixar de considerar as questões ambientais. Em sua opinião a estrada é anterior ao
148 Parque Nacional e o fechamento trouxe muitos impactos econômicos negativos para a região, além
149 do êxodo do município, assim ele se posiciona favorável à reabertura. Destaca que no outro lado da
150 fronteira existem estradas cortando o parque, inclusive com atividades relacionadas ao turismo.
151 **Aurelio Munhoz** da AMP manifesta, como representante dos municípios, que se a população e
152 gestores municipais da região são favoráveis, esta também é a sua posição. No entanto, sugere que

153 esta decisão não seja imediata, e que em outra reunião sejam trazidas mais informações a respeito
154 do tema. Diante dos posicionamentos dos conselheiros, foi decidido que o tema será trazido
155 novamente à pauta, com informações que subsidiem a decisão. **Item 9 - Informes da Secretaria da**
156 **Agricultura e do Abastecimento: Norberto Ortigara** informa a abertura de processo licitatório para
157 aquisição de maquinário, com recursos de bancadas parlamentares e que já está em discussão um
158 plano para aplicação do recurso oriundo da multa imposta à Petrobras, em virtude de prejuízos
159 ambientais. Relata a evolução das ações no Banco do Agricultor e no programa de energias
160 renováveis. **Item 10 – Assuntos Gerais: 1º Assunto – Informe da Câmara de ATER – Hur Ben**
161 **Correa da Silva**, coordenador da Câmara de ATER, informou sobre a solicitação de credenciamento
162 da entidade Cooperativa de Trabalho em Economia Solidária, com sede em Francisco Beltrão, sendo
163 que após análise de todas as informações e documentos apresentados no SIATER, a Câmara se
164 posiciona favorável, sendo que o plenário homologou a decisão da Câmara. Hur Ben noticia a
165 publicação da Resolução nº 64/2021, estabelecendo as diretrizes da Política Estadual de ATER para
166 o período de dois mil e vinte a dois mil e vinte e três. Diretrizes estas que foram aprovadas no
167 CEDRAF, e que agora devem orientar o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural.
168 **2º Assunto – Representante do CEDRAF no Comitê Gestor do Plano de Introdução Progressiva**
169 **de Produtos Orgânicos na Alimentação Escolar no Estado do Paraná**, Miriam Fuckner informa
170 que recebeu ofício solicitando a indicação de um representante da sociedade civil, conselheiro do
171 CEDRAF, para compor o Comitê Gestor do Plano de Introdução Progressiva de Produtos Orgânicos
172 na Alimentação Escolar no Estado do Paraná. **Luiz Carlos Hartmann**, da Câmara de Agroecologia,
173 demonstra interesse em participar no Comitê, porque esse tema também é pauta na Câmara de
174 Agroecologia. Colocado em votação o nome de Luiz Carlos Hartmann foi aprovado por unanimidade.
175 **Item 11 - Encerramento:** Sem mais nada a declarar **Miriam Fuckner**, representando o Presidente do
176 CEDRAF encerrou a reunião agradecendo a presença dos conselheiros e demais participantes. Eu
177 Miriam Fuckner, Secretária Executiva, redigi a presente ata que deverá passar por análise, correção e
178 aprovação dos conselheiros e após será assinada por mim e pelo Presidente do CEDRAF.

179
180 Miriam Fuckner
181 Secretária Executiva


Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do CEDRAF